

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DE ACORDO COM A LEI MARIA DA PENHA

Ana Luísa Carvalho de Oliveira¹
Ana Luísa Costa Silva²
Felipe de Ornelas Caldas³

analuisacs2001@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria da Penha, Violência Doméstica, Número de Ocorrências.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.340, foi promulgada em 07 de agosto de 2006, denominada como Lei Maria da Penha. Nomeada em homenagem a uma mulher chamada Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de homicídio e após ficar paraplégica, lutou por 19 anos para que o país elaborasse uma Lei que amparasse as mulheres vítimas de agressão doméstica. A Lei Maria da Penha é uma política do Estado brasileiro, que estabelece mecanismos para combater a violência doméstica e familiar, conforme parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal (CASTILHO, 2014). Por muitas vezes, as vítimas da agressão mantêm o silêncio sobre as situações vividas, o que pode se tornar uma ameaça à própria vida. A violência foi considerada um problema de saúde pública, além de ser uma violação explícita dos direitos humanos. Considera-se que esse problema cause mais mortes às mulheres entre 15 e 44 anos do que doenças como o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras. Dessa forma, se faz necessário uma mudança na maneira de conduzir as relações entre as pessoas (MONTEIRO E SOUZA, 2007; GOMES, MINAYO E SILVA, 2005). Diante do exposto, tem-se a seguinte questão norteadora: qual o número de ocorrências de violência contra a mulher de acordo com a Lei Maria da Penha nos últimos 5 anos (2018 – 2022) em uma cidade no interior de Minas Gerais? E o objetivo será analisar o número de ocorrências de violência contra a mulher de acordo com a Lei Maria da Penha nos últimos 5 anos (2018 – 2022) em uma cidade no interior de Minas Gerais. Trabalhos como este são importantes pois a lei Maria da Penha tem o objetivo de provocar o Estado a desenvolver e cumprir políticas públicas, que possam garantir efetivamente o

¹ Acadêmica do 10º período de Direito – Centro Universitário Vértice - Univértix.

² Acadêmico do 10º período de Direito - Centro Universitário Vértice - Univértix.

³ Delegado de Polícia Civil de Minas Gerais (2012) Nível Especial. Delegado Regional de Polícia Manhuaçu-MG (2021) Graduado em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora (2010). Especialista em Direito processual na Universidade Federal de Juiz de Fora (2012). Mestre em Direito Penal, Segurança e Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (2022). Professor na pós-graduação em Ciências Criminais na Fadileste, Reduto-MG. Professor de Direito Penal e Legislação Penal Especial na Fadileste de 2014 a 2018. Professor de Teoria Geral do Estado e Ciências Políticas, Direito Constitucional, Direito Penal na Univértix Matipó 2018-atualmente.

combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, frente aos danos causados em virtude das agressões, os quais podem acarretar prejuízos ao desenvolvimento pessoal e social. (MENDONÇA, BRITTO, 2011)

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa descritiva decorre da interpretação e avaliação na aplicação de determinados fatores ou simplesmente dos resultados já existentes, ou seja, um levantamento de dados e o porquê destes dados (HYMANN, 1967; DALFOVO, LANA E SILVEIRA, 2008). A pesquisa quantitativa é realizada na busca de resultados exatos evidenciados por meio de variáveis preestabelecidas, verificando e explicando a influência sobre as variáveis, mediante análise da frequência de incidências e correlações estatísticas. (MICHEL, 2005). A pesquisa será realizada em uma cidade do interior de Minas Gerais, na região da Zona da Mata. O município possui uma área de 628,318 km², com uma população estimada de 92.074 habitantes (IBGE, 2021). Serão analisados dados divulgados pelo Sistema de Informação Estratégicas do Judiciário (SIJUD) (<http://sijud.tjmg.jus.br/tjmsjdint/ui/relatorio/usc0218/usc0218.jsf>), em relação aos feitos distribuídos, às ações penais julgadas, às denúncias recebidas, medidas protetivas e prisões preventivas decretadas no que se refere a violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha). O recorte temporal será o período correspondente entre os anos de 2018 e 2022. Os dados obtidos serão organizados e processados utilizando o *Microsoft Office Excel* e serão apresentados descritivamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Trata-se de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em andamento e os resultados parciais registram até o momento a realização do levantamento bibliográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, as considerações finais serão apresentadas após finalização do estudo, identificando possíveis limitações e contribuições para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, E. W. V. **A Lei Maria da Penha e as Políticas Públicas**. 2014. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/a-lei-maria-da-penha-e-as-politicas-publicas>. Acesso em: 25 de mar. 2023.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, 2008.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros: Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero**. Brasília – DF, Ministério da Saúde, 2005

HYMANN, H. **Planejamento e análise da pesquisa: princípios, casos e processos**. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/manhuacu/panorama> . Acesso em: 28 de abr de 2023.

MENDONÇA, J. P; BRITTO, D. A. **A importância da Lei Maria da Penha como mecanismo de proteção às mulheres no direito brasileiro**. Direito UNIFACS– Debate Virtual, n. 128, 2011.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTEIRO, C. F. DE S.; SOUZA, I. E. DE O. **Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis – SC, nº v. 16, mar. 2007, p. 26-31, set. 2007